

ACTA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA
MUNICIPAL DE SANTA COMBA DÃO, REALIZADA
NO DIA 20 DE ABRIL DE 2007:-----

Aos vinte dias do mês de Abril do ano de dois mil e sete, no Auditório Municipal de Santa Comba Dão pelas quinze horas e dez minutos, iniciou-se e teve lugar a segunda sessão ordinária do corrente ano da Assembleia Municipal de Santa Comba Dão com a seguinte Ordem de Trabalhos:

I – PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

- 1.1 – VOTAÇÃO DA ACTA DA SESSÃO ORDINÁRIA DE 23 DE FEVEREIRO DE 2007;
- 1.2 – VOTAÇÃO DA ACTA DA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DE 14 DE MARÇO DE 2007;
- 1.3 – LEITURA DE EXPERIENTE

II – PERÍODO DA ORDEM DO DIA

2.1 – INFORMAÇÃO DO PRESIDENTE DA CÂMARA ACERCA DA ACTIVIDADE DO MUNICIPIO, BEM COMO DA SITUAÇÃO FINANCEIRA DO MESMO;

2.2 – COMISSÃO DE PROTECÇÃO DE CRIANÇAS E JOVENS DE SANTA COMBA DÃO = RELATÓRIO ANUAL DE ACTIVIDADES E AVALIAÇÃO;

2.3 – PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PARA, ATRAVÉS DA EMPRESA MUNICIPAL COMBANIMA-ESPAÇOS MUNICIPAIS, EM, CONSTITUIR UMA SOCIEDADE ANÓNIMA DE CAPITAIS MAIORITARIAMENTE PRIVADOS, PARA REALIZAÇÃO DE INVESTIMENTOS DE INTERESSE MUNICIPAL, ATRAVÉS DE UMA PARCERIA PUBLICO-PRIVADA, E, TAMBÉM, PARA LANÇAMENTO DE UM PROGRAMA DE PROCEDIMENTO PARA SELECÇÃO DE UM OU MAIS PARCEIROS PRIVADOS COM CAPACIDADE TÉCNICA E FINANCEIRA PARA ASSEGURAR A IMPLEMENTAÇÃO DA OPERAÇÃO DA REFERIDA SOCIEDADE;

2.4 – APRECIACÃO E VOTAÇÃO DOS DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS DO ANO DE 2006, E AINDA A APRECIACÃO DO INVENTÁRIO PATRIMONIAL E RESPECTIVAS AVALIAÇÕES.

III – PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

Presidiu aos trabalhos o Sr. Prof. Salvador Manuel Correia Massano Cardoso, secretariado por Fernando Marques Soares Veloso e António Agostinho Castro Cunha. Participaram também na sessão os senhores deputados Elsa da Natividade Rodrigues Silvestre, João Duarte Boto Martins, Edite da Conceição Alves Cruz, Agostinho Pires,

César Fernando Lima Branquinho, Paula Francisca Rodrigues Gomes, Fernando Manuel Varela Nunes, Isabel Maria dos Santos Ferreira Cruz, José Augusto Morais de Sousa, Sandro Branquinho de Matos, António João dos Santos Martins, Carla Isabel Silva Cunha, Pedro Miguel Soares Veloso, António Alexandre Varela Gomes, Nuno João Marques da Costa Pereira, Guilherme Luís Leitão Castanheira, Manuel Macedo Varela Dias, António Dias da Cruz Brinca da Silva, José Rui Batista Alves Ferreira, Augusto de Oliveira Santos, Rui José de Sousa Branquinho Ramos, José Marques Duarte da Cruz, António Augusto Lourenço Antunes, José Machado Neves dos Santos e Paula Cristina Massano Nunes Correia que tomaram assento nas bancadas que lhes estavam destinadas. Verificaram-se as ausências dos Srs. Deputados, Lauro de Figueiredo Gonçalves e Paulo Dirceu Domingues dos Santos, que justificaram a falta.

A sessão começou com o ponto um da Ordem de Trabalhos – PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA.

Ponto um ponto um – VOTAÇÃO DA ACTA DA SESSÃO ORDINÁRIA DE 23 DE FEVEREIRO DE 2007. Não havendo intervenções, passou-se para a votação, sendo a acta aprovada por maioria com dezanove votos a favor (15 da Coligação e 4 do Partido Socialista) e sete abstenções do Partido Socialista (Srs. Deputados César Branquinho, João Boto Martins, José Augusto Sousa, Nuno João Pereira, Edite Cruz, Isabel Ferreira Cruz e Carla Isabel Cunha). Na altura desta votação ainda não estavam presentes os Srs. Deputados da Coligação, Sandro Branquinho de Matos e Paula Cristina Massano Correia, que já votaram o ponto seguinte de Ordem de Trabalhos.

Seguiu-se para o ponto um ponto dois – VOTAÇÃO DA ACTA DA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DE 14 DE MARÇO DE 2007. Não havendo intervenções, passou-se para a votação, sendo a acta aprovada por unanimidade.

Seguiu-se para o ponto um ponto três – LEITURA DE EXPEDIENTE. O Sr. Primeiro Secretário da mesa, leu uma carta da Sra. Deputada Elsa Amaral dirigida ao Sr. Presidente da Assembleia, onde a mesma renunciava ao seu mandato como elemento da Comissão de Protecção de Crianças e Jovens do Concelho de Santa Comba Dão. Ainda dentro deste ponto foi lida pelo Sr. Primeiro Secretário uma carta do Sr. Fernando Manuel Marques dos Santos Dias, autor do pedido de autorização para construção de uma habitação constante do ponto dois ponto cinco da Ordem de Trabalhos da sessão ordinária de 23/02/2007, onde o mesmo explicava a sua situação e as razões do pedido.

Seguidamente o Sr. Presidente da Assembleia, deu a palavra aos Srs. Deputados, tendo a primeira intervenção sido feita pelo Sr. Deputado Agostinho Pires, que em nome da Coligação indicou o Sr. Dr. José Luís Henriques de Figueiredo para substituir a Sra. Deputada Elsa Amaral na Comissão de Protecção de Crianças e Jovens do Concelho de Santa Comba Dão. Esta indicação foi aprovada por unanimidade.

Seguiu-se a intervenção do Sr. Deputado José Augusto Sousa, que justificou o sentido de voto do Partido Socialista na votação do ponto um ponto um, por no seu entender a acta não contemplar algumas passagens que consideravam importantes, embora a acta espelhasse de alguma forma o que se tinha passado na sessão. Considerou como ultrapassado o incidente que se verificou nessa sessão.

O Primeiro Secretário da mesa lembrou a seguir, o Sr. Deputado do conteúdo do ponto um do Artº 40º do Regimento, ao determinar que as actas devem conter um

resumo dos assuntos tratados e portanto no seu entender se as actas pecavam seria por excesso e não por defeito.

Seguiu-se a intervenção da Sra. Deputada Elsa do Amaral, que defendeu um Museu em Santa Comba Dão, não só o Museu Salazar virado para a componente política, mas também um espaço virado para outras áreas que identificassem o concelho. Lembrou também a necessidade de perpetuar os heróis Santacombadenses da 1ª Guerra Mundial e os que participaram nas guerrilhas no ultramar. Terminou dizendo que homenagear os nossos heróis num jardim florido, era um acto de amor, de dignidade e de respeito.

O Sr. Presidente da Assembleia agradeceu a intervenção e apelou à autarquia para se debruçar sobre a questão e talvez pensar na construção de um memorial em honra dos heróis do concelho. Questionou depois o Sr. Presidente da Câmara do porquê de ainda não estar identificada a Biblioteca Municipal com o nome de Alves Mateus, conforme tinha ficado prometido na última sessão ordinária.

O Sr. Presidente da Câmara, disse que efectivamente no início da sessão a identificação não estava colocada, mas esperava que no fim da sessão já estivesse.

Pediu de seguida a palavra o Sr. Deputado Boto Martins, que em virtude da intervenção anterior da Sra. Deputada Elsa Amaral ter acrescentado situações que iam para além da criação do Museu Salazar e por lhe ter constado que estaria preparada para breve uma manifestação em Santa Comba Dão em defesa de ideais que não estavam próximas do Partido Socialista, quis responder à Sra. Deputada, dizendo que uma parte significativa dos habitantes do concelho preferiam que se chamasse Museu do Estado Novo ou outra designação qualquer, mas não Museu Salazar, de forma a que não se pareça estar a prestar uma homenagem a Salazar. Disse não poder ser simpatizante do Prof. Salazar por entre outras razões, ter perdido seis anos da sua vida, não numa guerrilha mas sim numa guerra, que era assim como se devia chamar, onde os colonizados se rebelaram contra os colonialistas. Referiu a sua posição pessoal de não ter ido para o estrangeiro, quando foi pela segunda vez chamado para prestar serviço militar obrigatório, embora tenha colocado a hipótese de se ausentar e não cumprir as ordens do regime para ir combater para o que na sua altura se chamavam províncias ultramarinas, que eram colónias. Para além do Museu do Estado Novo, cujo projecto já vinha do anterior executivo e com o qual todos concordavam, aceitava a existência de um outro museu onde se pudesse expor todo o património ligado ao concelho e atrair visitas que deixassem receitas. Terminou frisando que a sua intervenção se destinava a demarcar-se do nome de Museu Salazar, concordava também com um monumento de homenagem aos mortos em todas as guerras.

Não havendo mais intervenções passou-se para o ponto dois da Ordem de Trabalhos – PERÍODO DA ORDEM DO DIA. Depois de se ter cumprido o determinado pelo nº 2 do Artº 19º do Regimento passou-se para o ponto dois ponto um – INFORMAÇÃO DO PRESIDENTE DA CÂMARA ACERCA DA ACTIVIDADE DO MUNICIPIO, BEM COMO DA SITUAÇÃO FINANCEIRA DO MESMO. O Sr. Presidente da Assembleia deu a palavra ao Sr. Presidente da Câmara, que sobre a informação já enviada aos Srs. Deputados, acrescentou que nos últimos dias se tinha iniciado o trabalho da Associação de Municípios da Região Dão-Lafões com a eleição da direcção composta por cinco elementos (Presidente, Vice-Presidente e três outros

elementos) estando ele como representante dos concelhos de Santa Comba Dão, Carregal do Sal, Nelas e Mangualde. Focou que o assunto mais importante a ser tratado foi a escolha de um parceiro para a elaboração de um plano estratégico da região. A reunião teve a presença de um administrador da empresa Parque-Expo como assessor. Na próxima reunião será lançado um concurso para a escolha da empresa que irá elaborar este plano estratégico. A Câmara de Santa Comba Dão já entregou o seu plano com as obras que querera fazer, quer de âmbito municipal, quer intermunicipal, aguardando-se agora a avaliação de todos os planos para que se consolidem num só. Espera-se agora que saiam as regras de contratualização para se fazer a quantificação das verbas que caberão a cada região. Estas verbas deixaram de estar relacionadas com as do FEF, passando a estar relacionadas com cada um dos vectores apoiados pelo QREN. Havendo ainda pouca informação sobre o assunto, dos seus desenvolvimentos irá dando conhecimento a esta Assembleia.

Foi dada de seguida a palavra ao Sr. Deputado César Branquinho, que dizendo não ter ficado esclarecido com a resposta dada pelo Sr. Presidente da Câmara à pergunta que fez na última sessão ordinária, sobre o número de assessores em actividade na Câmara, questionou novamente sobre o assunto e lembrou o Sr. Presidente da Câmara que não haveria no anterior executivo mais assessores, conforme foi afirmado, registando ainda que no anterior executivo os assessores por estarem aposentados recebiam um terço do vencimento, o que não acontecia agora havendo assim alguma discrepância. Questionou depois o porquê da abertura de um concurso para a admissão de dois cantoneiros, quando no último organigrama aprovado, mas com os votos contra do Partido Socialista, havia dez lugares do quadro desta categoria a extinguir conforme se aposentassem. Lembrou depois uma afirmação do Sr. Presidente da Câmara no Boletim Municipal de Março de 2006, onde referia que iriam ter menos despesa com pessoal, uma vez que tinham menos cargos políticos, menos avençados e alguns funcionários do quadro iam para a aposentação. Considerou haver alguma contradição uma vez que a nível de assessores havia mais, cantoneiros houve o concurso de admissão, quanto às despesas com pessoal verificava-se que havia um aumento de cerca de 251 000 euros de 2005 para 2006, mesmo considerando os aumentos de ordenado, considerava este um gasto elevado o que entrava em contradição com a posição do Sr. Presidente da Câmara. Colocou depois a questão posta na última sessão ordinária pelo Sr. Deputado Agostinho Pires, sobre as verbas a pagar ao Sr. Rui Salazar e, referindo-se novamente ao Boletim Municipal de Junho de 2006, questionou o Sr. Presidente da Câmara sobre a afirmação de que até finais de 2007 seria constituída uma sociedade com o Sr. Rui Salazar, onde lhe era garantido um lugar remunerado na dita sociedade no valor anual de 24 000 euros a pagar em duodécimos actualizáveis anualmente.

Respondendo o Sr. Presidente da Câmara agradeceu a intervenção anterior, aproveitando a ocasião para corrigir o Sr. Deputado dizendo que o anterior executivo não tinha três, mas sim quatro assessores, pois para além dos que tinha mencionado tinha-se esquecido do assessor que estava a gerir a Casa da Cultura. Disse também não ser verdade que todos os assessores auferissem um terço do ordenado, isso apenas aconteceu a partir do momento em que a lei os tinha obrigado e nem todos estavam na mesma situação. Confirmou que actualmente a Câmara tinha três assessores. Sobre o concurso para cantoneiros confirmou-o e referiu sobre o assunto que a Câmara tinha

uma equipa de limpeza de fossas e manutenção de ETARS que funcionava com um funcionário do quadro e três outros pertencentes a um POC que tinha chegado ao fim. Assim e porque a especificidade do trabalho, a sua dureza, condições que não eram apelativas para ninguém e à disponibilidade quanto ao horário de trabalho, foi aberto aquele concurso para duas vagas, quando poderiam ser três, não tendo acontecido porque o terceiro elemento estava de baixa. Para este concurso, disse não ter havido mais concorrentes, o que indicava a pouca motivação que a tarefa provocava. Disse ainda que seria aberto novo concurso, logo que o terceiro elemento, que se encontra acidentado, estivesse em condições. Em relação aos gastos com pessoal, confirmou as afirmações referenciadas, acrescentando que como todos também se podia enganar. No entanto justificou o aumento com a actualização anual dos vencimentos e o aumento de três por cento suportados pela Câmara nas quotizações para a Segurança Social. Assim a diferença que referiu de 251 000 euros passaria a ser de cerca de 141 000 euros. Justificou a seguir este número com a exigência do governo na admissão de Auxiliares de Educação (acompanhantes para as actividades extracurriculares, acompanhantes dos alunos para as escolas) por outro lado foi criado um Gabinete de Planeamento que com as suas actividades irá poupar à Câmara o gasto de largos milhares de euros por ano. Foram ainda admitidos alguns auxiliares administrativos a trabalhar nas juntas de freguesia, conforme promessa eleitoral. Daí as despesas com pessoal terem aumentado, embora também esperasse que o número de funcionários a ir para aposentação fosse maior. Quanto à questão posta sobre o Sr. Rui Salazar confirmou a situação, mas disse que a mesma seria suportada pela empresa a ser criada para a gestão do museu e não pela Câmara e a situação resultava das condições impostas para que ele fizesse a doação dos bens móveis. Quanto à data, disse que ela tinha que existir mas o fundamental seria a criação da empresa, pois se não houver empresa ninguém vai pagar ao Sr. Rui Salazar. Confirmou o resto da situação já expressa na acta da sessão ordinária de Fevereiro de 2007.

Pedi novamente a palavra o Sr. Deputado César Branquinho, que começou por referir que a sua anterior intervenção não seria nenhum ataque pessoal ao Sr. Presidente da Câmara e a preocupação manifestada com as despesas com pessoal era legítima. Quanto à questão do Sr. Rui Salazar, disse ter o contrato referente à situação e que o mesmo estava assinado pelo Sr. Presidente da Câmara. Manifestou-se contra a renda mensal de 2 000 euros actualizável anualmente que o mesmo iria auferir, uma vez que pela venda dos imóveis já tinha recebido a quantia de 30 000 euros e uma vez que os bens móveis tinham sido doados, nada mais haveria a pagar. Esperava que o Sr. Presidente da Câmara defendesse os interesses do concelho.

Dada a palavra ao Sr. Presidente da Câmara este confirmou o que tinha referido anteriormente, sobre o valor a pagar ao Sr. Rui Salazar disse ter sido uma imposição do mesmo para que fizesse a doação e se não fosse esta solução estar-se-ia na situação anterior onde nada tinha sido conseguido. Disse que quando se tinha que tomar decisões as mesmas tinham que se assumir e era isso que estava ali a fazer. Concerteza que a empresa iria criar receitas e o espólio doado tinha um valor incalculável pois sem espólio não poderia haver Museu, daí o Sr. Rui Salazar ter feito aquela exigência. Focou a possibilidade de ter sido feita uma expropriação à semelhança do que está a ser feito

com o outro herdeiro, mas referiu que nesta situação a Câmara está melhor colocada para o processo se desenrolar mais rapidamente.

Pedi depois a palavra o Sr. Deputado José Augusto Sousa, que disse não perceber o encargo apontado pelo Sr. Presidente da Câmara referente ao aumento de três por cento nas quotizações para a Segurança Social, pois haveria a coluna com os encargos com as remunerações certas e permanentes e noutra coluna os encargos com a Segurança Social. O Sr. Presidente da Câmara informou que aquele aumento seria da Caixa Geral de Aposentações ao que o Sr. Deputado disse entender que os encargos com a CGA eram da responsabilidade dos trabalhadores.

Seguiu-se a intervenção do Sr. Deputado Boto Martins que começou por referir que lhe tinha chegado ao conhecimento que há algum tempo o Sr. Rui Salazar tinha dito ao anterior executivo que se quisesse fosse buscar algum espólio existente numa casa que iria abandonar. Nessa altura teriam sido feitas algumas centenas de fichas referentes aos documentos e que foram transportadas em caixas para uma arrecadação da Câmara. Caso isto fosse verdade achava estranho que o Sr. Rui Salazar tivesse posteriormente pedido a renda vitalícia atrás referida, que em termos de longevidade poderia ficar cara à empresa ou ao município. Debruçou-se a seguir sobre a informação da situação financeira do município, começando por referir a data mencionada de 31 de Janeiro de 2007, presumindo que fosse um lapso. Colocou depois questões sobre o quadro da evolução do orçamento, onde nas linhas de 2005 e 2006 e nas colunas de executado e das receitas apareciam valores que não percebia, exemplificando de seguida. Referiu o valor de 12 143 185 euros mencionado na linha de 2006 e na coluna de despesa que não viu mencionado no fecho de contas de 2006. Comparou depois os valores constantes no mapa referente à evolução da dívida nas linhas de 2005 e 2006 e coluna total da dívida com os valores referidos na análise orçamental do mapa de cálculo de endividamento, solicitando esclarecimento sobre as diferenças que apontou. Referiu depois o empréstimo a curto prazo mencionado no quadro inicial da informação financeira no valor de 404 605 euros, que ainda se mantinha quando presumia que o mesmo deveria ter sido pago em 2006 ou o mais tardar no prazo de um ano após ter sido contraído.

Respondendo o Sr. Presidente da Câmara, confirmou que o Sr. Rui Salazar tinha tido o contacto com a anterior Câmara, mas que nada tinha ficado escriturado, pois lembrava-se que quando iniciou funções e numa visita à Biblioteca Municipal ter visto algumas caixas e alguém ter dito que ali não se mexia pois aquilo não era da Câmara. Os documentos estavam simplesmente guardados. Depois de haver a escritura de doação é que a posse dos documentos passou a ser da Câmara e nessa altura o Sr. Rui Salazar impôs as suas condições. Reconheceu o erro na data constante da informação financeira que deveria ser de 31 de Março de 2007. Quanto ao empréstimo a curto prazo disse que o mesmo tinha que vir mencionado uma vez que resultava de se ter feito novo empréstimo para pagar o anterior e que concerteza seria pago durante este ano. Quanto à evolução do orçamento disse que deveria ter sido corrigido em face do fecho de contas, eram valores que reflectiam a situação no final do ano e que não foram corrigidos pois caso fossem apresentavam o valor da receita igual ao valor do executado era uma diferença que não espelhava a realidade mas que se encontrava reflectida no fecho de contas. Quanto ao endividamento líquido, teria que haver alguma discrepância pois o

seu cálculo excepciona alguns dos empréstimos existentes para efeitos de controlo orçamental, sendo eventualmente essa a razão.

Não havendo mais intervenções passou-se para o ponto dois ponto dois – COMISSÃO DE PROTECÇÃO DE CRIANÇAS E JOVENS DE SANTA COMBA DÃO = RELATÓRIO ANUAL DE ACTIVIDADES E AVALIAÇÃO. Dada a palavra ao Sr. Presidente da Câmara, este solicitou a intervenção do Sr. Vereador António José Correia que fez a apresentação do relatório e referiu em pormenor a composição, o trabalho, as actividades e as dificuldades da Comissão.

Seguiu-se para o ponto dois ponto três – PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PARA, ATRAVÉS DA EMPRESA MUNICIPAL COMBANIMA-ESPAÇOS MUNICIPAIS, EM, CONSTITUIR UMA SOCIEDADE ANÓNIMA DE CAPITAIS MAIORITARIAMENTE PRIVADOS, PARA REALIZAÇÃO DE INVESTIMENTOS DE INTERESSE MUNICIPAL, ATRAVÉS DE UMA PARCERIA PÚBLICO-PRIVADA, E, TAMBÉM, PARA LANÇAMENTO DE UM PROGRAMA DE PROCEDIMENTO PARA SELECÇÃO DE UM OU MAIS PARCEIROS PRIVADOS COM CAPACIDADE TÉCNICA E FINANCEIRA PARA ASSEGURAR A IMPLEMENTAÇÃO DA OPERAÇÃO DA REFERIDA SOCIEDADE. Dada a palavra ao Sr. Presidente da Câmara, este começou por referir a necessidade que os municípios portugueses tinham de encontrar formas de ultrapassar os constrangimentos impostos nas formas de financiamento para a execução de obras. Focou as alterações e restrições que se têm verificado nos cálculos para o endividamento em contraponto com a atribuição aos municípios de mais competências. Lembrou que as parcerias público-privadas estavam previstas na Lei, tendo o próprio Estado iniciado esta forma com a construção da Ponto Vasco da Gama e a construção de auto-estradas sem custos para o utilizador. Com a falta de recursos há a necessidade de estabelecer estas parcerias de forma a poder executar as obras necessárias para a melhoria do território. A Lei 53/F que regulamenta o sector empresarial local prevê que as parcerias sejam feitas através das empresas municipais, sendo esta a forma escolhida pois os processos terão mais agilidade. A proposta dos projectos de investimento não é completamente fechada pois alguns dos investimentos poderão ser ou não executados daquela maneira, podendo haver outros que não estão mencionados que poderão vir a ser executados ou não. Referiu que não era obrigatória a apresentação dos projectos. Disse que o valor de 20 milhões de euros não seria atingido, mas a indicação de um valor maior foi propositado para que a escolha das parcerias fosse mais selectiva, pois assim só empresas privadas que tenham uma estrutura financeira forte poderão ser seleccionadas. Disse que a Câmara de Santa Comba Dão tinha sido pioneira na região ao apresentar este projecto, havendo já mais quatro Câmaras da região que estavam a seguir a ideia. Esta solução estava também a generalizar-se pelo país. Eram propostas muito sérias em que obrigatoriamente se tinha que provar a sustentabilidade financeira para que pudessem ser estabelecidas as parcerias. Haverá a necessidade de pagar as rendas até ao final do contrato, que durará vinte anos, findo este as estruturas passarão para a posse do município.

Seguiu-se e intervenção da Sra. Deputada Edite Cruz, que começou por questionar se devido à catastrófica situação financeira da Câmara no momento, eram prioritários os equipamentos e estruturas propostos, dando como exemplo a construção

dos três Centros Educativos, que considerou de projecto megalómano, embora não retirasse a importância do mesmo, referia-se apenas ao momento actual. Referiu que a constituição desta sociedade traria problemas e questionou o enquadramento legal da proposta face aos estatutos da Combanima, pois a situação não estava neles contemplada, uma vez que a Combanima tinha como finalidade gerir e não construir. Questionou depois a possibilidade desta sociedade usufruir de fundos comunitários dadas as condições impostas no QREN.

Respondendo o Sr. Presidente da Câmara, começou por pedir desculpas pela pequena interrupção que tinha feito e confirmou que os estatutos da Combanima previam a situação. Corrigiu também a Sra. Deputada, pois não seria a Combanima a construir mas sim uma S.A. da qual a empresa municipal irá fazer parte com uma parcela minoritária. Estando atentos e preocupados com a sustentabilidade, estava contra a forma de ver a questão que a Sra. Deputada referiu, registando a elaboração de estudos para garantir que estes equipamentos no futuro possam ser pagos sem esforço financeiro adicional por parte do município. Previu para 2010 ou 2011 uma posição da Câmara mais equilibrada para tal. Considerou a construção dos três Centros Educativos como uma obra necessária e não megalómana, salientando a necessidade de apoiar o Ensino Básico que tem sido esquecido, até mesmo a nível dos Governos. Convidou a Sra. Deputada a estar presente numa próxima reunião com a Sra. Directora Regional de Educação onde poderia constatar a sua posição sobre o assunto. Quanto aos fundos comunitários, disse que as regras do QREN não estavam definidas mas que tudo seria possível. Se não fosse possível no caso concreto dos fundos comunitários, disse que a situação era facilmente ultrapassável com a introdução de um factor público, que poderia ser uma Junta de Freguesia como parte da empresa de forma a atingir-se a maioria do capital ou que fosse a própria Câmara a executar os projectos que ficariam fora da empresa e assim candidatar-se-ia ao financiamento que poderia ir até aos 85% segundo sabia. Salientou a necessidade do aproveitamento da situação de forma a não se perder mais esta oportunidade.

Pedi novamente a palavra a Sra. Deputada Edite Cruz, que começou por dizer que o que tinha afirmado resultava do seu trabalho de pesquisa e não de qualquer outra informação privilegiada. Focou a seguir o conteúdo de parte da acta da reunião de Câmara de 6 de Março de 2007 onde o Sr. Presidente da Câmara fazia uma afirmação que considerava contraditória com a que tinha acabado de afirmar sobre a candidatura aos fundos comunitários. Gostava de ser esclarecida sobre tal, pois não sabia se seria algum lapso.

Dada a palavra ao Sr. Presidente da Câmara, este considerou que o lapso era o tempo, pois era uma afirmação de 6 de Março e estava-se a 20 de Abril, aparecendo constantemente informações novas. Ultimamente a ANMP, informou que estava em negociações com o Governo para que as sociedades público-privadas com minoria de capital público pudessem aceder aos fundos comunitários. Caso esta proposta da ANMP não fosse aceite haveria a solução que já apresentou anteriormente, tendo já tido uma reunião com os Srs. Presidentes da Junta onde foi apresentada a situação.

Pedi de seguida a palavra o Sr. Deputado Boto Martins, que sobre a situação financeira do município apresentada e nas colunas das receitas e despesas dos últimos anos referiu verificar-se que havia uma tendência decrescente das receitas e uma

tendência crescente das despesas, exemplificando de seguida e apresentando os saldos negativos que aumentavam de ano para ano. Perante esta tendência disse encarar com uma certa reserva a parceria que foi apresentada. Era de opinião que primeiro se devia equilibrar o valor da receita e da despesa e só depois se deveria pensar em investimentos vultosos. Reconheceu a importância e a necessidade dos investimentos propostos. Dado que tinha sido referida a data de 2010 ou 2011 como sendo a altura em que a Câmara teria já capacidade para suportar estes encargos, presumindo que a construção dos projectos atingiria os 20 milhões de euros, não contando com o aumento de preços, uma vez que faltavam alguns anos, questionou sobre o valor do encargo a suportar pela Câmara.

Respondendo o Sr. Presidente da Câmara disse que nas receitas mencionadas estavam os fundos comunitários que tinham sido recebidos e que por isso mesmo entre os vários Quadros Comunitários de Apoio as receitas desciam nos dois últimos anos de cada quadro, daí as receitas de 2006 terem descido abruptamente. Frisou que nesta altura era necessário fazer contas aos encargos actuais e os que haveria em 2010 ou 2011, assim verificava-se que havia um encargo actual de cerca de 80 a 90 mil euros por mês para satisfazer compromissos assumidos, pensando que os projectos a realizar custariam cerca de 10 milhões de euros e não os 20 que estão apresentados, este encargo custará cerca de 63 mil euros por mês e visto que a tendência da receita através dos impostos é para aumentar, a situação seria bem melhor. O gráfico desta evolução será considerado no estudo de viabilidade económica a efectuar para a construção dos empreendimentos, sendo só feitos em primeiro lugar os que forem mais necessários e em segundo lugar os que possam permitir o cumprimento das obrigações até ao final do contrato que são os vinte anos. Mais do que isto não se fará, se não for possível ter alguma coisa muito boa, que ainda não se tenha, felizmente temos quase tudo, não se terá ou então terá que ser menos atractiva. Falando dos Centros Educativos, cada um custará entre um a dois milhões de euros, sendo três, ficariam mais de quatro milhões de euros para outros projectos. Obviamente que os executivos que vierem a seguir, tomarão as suas opções em função da sustentabilidade dos empreendimentos que vão sendo construídos. Salientou que em 2006 não houve receitas extraordinárias, ao contrário dos anos anteriores e portanto a tendência das receitas seria para subir.

Pedi depois a palavra o Sr. Deputado Agostinho Pires, que exemplificando um caso da sua vida profissional ao efectuar inquéritos e processos disciplinares perguntou ao Sr. Deputado Boto Martins a opinião e o que comentaria sobre a informação financeira prestada pelo anterior executivo que se limitava a dar o saldo e as dívidas a fornecedores.

Respondendo o Sr. Deputado Boto Martins disse que se tivesse uma informação daquelas não a aceitaria e participaria a todas as entidades competentes, não se calaria e iria até onde fosse necessário, porque achava que a informação que lhe era prestada era um direito que tinha e se achasse que não era suficiente ainda podia ir a Câmara pedir mais. Era um direito que pertencia a todos os que viviam em democracia. Se o Sr. Deputado Pires vivia em democracia, recebia aquela informação e achava que era insuficiente só tinha que ir pedir e reclamar que lhe satisfizessem os seus direitos ou que os respeitassem. Ele não estava na altura presente para o fazer, se estivesse talvez se

tivesse feito uma parceria e iriam a Câmara obter as informações que julgassem necessárias.

Pediu novamente a palavra o Sr. Deputado Agostinho Pires referindo que por ter reagido da forma como o Sr. Deputado Boto Martins sugeriu e por ter denunciado a situação, foi feita uma participação no tribunal contra a sua pessoa.

Não havendo mais pedidos de intervenção o ponto foi posto à votação sendo aprovado por maioria com vinte e um votos a favor (17 da Coligação e 4 do Partido Socialista) e sete votos contra do Partido Socialista (Srs. Deputados César Branquinho, João Boto Martins, José Augusto Sousa, Nuno João Pereira, Edite Cruz, Isabel Ferreira Cruz e Carla Isabel Cunha), não se registando abstenções.

Passou-se a seguir para o ponto dois ponto quatro – APRECIACÃO E VOTAÇÃO DOS DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS DO ANO DE 2006, E AINDA A APRECIACÃO DO INVENTÁRIO PATRIMONIAL E RESPECTIVAS AVALIAÇÕES. Dada a palavra ao Sr. Presidente da Câmara, este começou por referir que não estava satisfeito, principalmente porque o endividamento líquido tinha aumentado de 2005 para 2006 em cerca de 1 milhão e 300 mil euros. Referiu-se também à quebra da receita no valor de 15,7%, ao aumento do IVA e do preço dos combustíveis, o índice de preços ao consumidor de cerca de 3,1% como factores que contribuíram para aquele aumento. Sem querer fugir às responsabilidades, até porque as decisões são tomadas pelo executivo, enumerou uma série de obras e investimentos, a maior parte delas já assumidas pelo anterior executivo, que originaram uma despesa de cerca de dois milhões de euros e caso não tivessem sido feitas, o valor da dívida teria diminuído significativamente. Deu exemplo de uma Câmara próxima e segundo o seu próprio Presidente, onde e porque nada tinha sido feito se conseguiu diminuir o défice em 2006 em 25%. Não tinha sido esta a sua opção e disso não estava nada arrependido, pois assumia sempre os seus compromissos e os que já vinham do anterior executivo. Referiu-se depois ao também aumento do saldo de gerência que se cifrou em 2006 em quase 5 milhões de euros negativos, justificando este valor com o aumento verificado com as amortizações do património resultantes da sua reavaliação.

Pediu depois a palavra o Sr. Deputado Boto Martins, que começou por dizer que a anterior intervenção tinha servido para que ficasse com algumas das suas dúvidas já esclarecidas. No entanto pedia ainda esclarecimentos do porquê do aumento das despesas em algumas rubricas (Representação dos Serviços; Prémios, Condecorações e Ofertas; Deslocações; Artigos Honoríficos e Decoração; Aquisição de Bens e Serviços) deu os respectivos valores e não pondo em causa a justificação das despesas, punha em causa sim a eventual possibilidade de em alguma delas ter havido maior preocupação de rigor e menos desperdício, um dos objectivos principais expresso pelo Sr. Presidente da Câmara num Boletim Municipal. Aproveitou para dar os parabéns ao Sr. Presidente da Câmara pela diminuição da periodicidade deste, uma vez que toda a oposição considerava ser um despesismo demasiado luxuoso. Focou a seguir o anexo 5 (Bens Abatidos ao Inventário) onde no capítulo 05 (Transferências) estavam uma série de bens que julgava ser equipamento transferido para a Combanima, daí questionar o porquê da não apresentação de contas desta empresa municipal, uma vez que a mesma aparece na lista de devedores à Câmara com uma verba de mais de 50 mil euros e tendo bens que foram abatidos ao inventário da Câmara. Apesar de ter um exercício muito curto de dois

ou três dias era obrigatório a apresentação de contas. Não haveria grandes contas a apresentar, mas havia aquelas duas situações. Colocou depois algumas situações que teriam a pergunta: O porquê da discrepância? 1) Na análise orçamental, no quadro da receita, página dois o total das receitas não coincide com a soma das parcelas desse quadro nem com o total das receitas cobradas líquidas indicadas no controlo orçamental da receita; 2) Na página 3 do mesmo documento o total da despesa na coluna de executado e diferença não coincide com a soma das parcelas; 3) Na análise orçamental no quadro que apresenta o endividamento líquido na página 1, as dívidas a terceiros de curto prazo do ano de 2006 não coincidem com o valor indicado no balanço, concerteza que aqui lhe iriam responder que eram dívidas que não eram consideradas para o cálculo do endividamento.

Respondendo o Sr. Presidente da Câmara, disse que realmente no caso das Despesas de Representação poderiam não ter tanta despesa caso mantivessem o número de espectáculos que anteriormente se faziam na Casa da Cultura, valendo a mesma justificação para Prémios, Condecorações e Ofertas e até Artigos Honoríficos que normalmente são entregues às entidades que nos visitam ou actuam na Casa da Cultura e em visitas à Câmara. Referiu depois alguns eventos que justificavam a situação. Quanto às despesas com Deslocações disse que bastaria verificar o número de quilómetros percorridos pelas viaturas e as vezes que tem que se deslocar a Lisboa para tratar de assuntos de interesse do município para justificar o aumento. Concerteza que se tivesse o tempo de exercício que já tinha o anterior Presidente da Câmara, poderia poupar algumas das deslocações e resolver algumas situações com um simples telefonema, mas de momento não era o caso. Quanto à Aquisição de Bens e Serviços, o aumento devia-se em grande parte à modernização efectuada no sistema informático da Câmara. Confirmou a transferência de cerca de 53 mil euros para a Combanima, resultante de obrigações processuais e disse que o seu fecho de contas estava feito e que seria presente na próxima sessão. Concordava que era uma infracção. Quanto ao porquê das discrepâncias apresentadas, julgava que seria um problema de linhas que não tinham ficado impressas devido ao programa informático.

De seguida o Sr. Deputado Agostinho Pires solicitou a palavra para fazer uma intervenção que se encontra expressa no anexo nº1 desta acta.

Seguidamente a Sra. Deputada Carla Cunha pediu a palavra para dizer que as discrepâncias atrás apontadas resultavam, no caso da receita de um erro de troca no valor referente à linha de venda de bens de investimento e no caso da despesa seria um erro do programa onde não foi considerada a primeira linha referente à Assembleia Municipal nas despesas com pessoal. Estes erros iriam reflectir-se nos resultados finais pelo que e pela importância dos documentos deveriam ser rectificadas.

Foi dada de seguida a palavra ao Sr. Deputado César Branquinho, que começou por referir a preocupação do seu grupo parlamentar com o decréscimo das receitas e o aumento das despesas já anteriormente referidos. Questionou depois sobre a ligação do IC12 à futura auto-estrada do IP3, pensando que a futura auto-estrada de ligação Viseu/Litoral não passaria no nosso concelho, a regularização da estação dos caminhos de ferro, a transformação do espelho de água da albufeira de Aguiçeira, a construção do Estado Novo e o parque termal do Granjal. Sobre a intervenção anterior do Sr. Deputado Agostinho Pires perguntou se o Tribunal de Contas tinha dado algum parecer

negativo sobre as contas do ano de 2004. Salientou a obra feita do anterior executivo para o bem do concelho, não duvidando que o actual executivo também estivesse de boa fé no sentido de fazer um trabalho positivo. Não concordava com a opinião do Sr. Deputado Agostinho Pires em criticar o anterior executivo, quando a grande obra se encontrava feita ao serviço de todos os Santacombadenses e de todos os cidadãos nacionais. Não ficou esclarecido com as despesas, mas julgava que as despesas com os assessores eram agora maiores. Perante o exposto, perante as dúvidas que tinha, considerando o trabalho do anterior executivo e que o actual executivo ainda não tinha cumprido com as suas propostas, o Partido Socialista iria votar contra neste ponto da ordem de trabalhos.

Respondendo o Sr. Presidente da Câmara, disse que apesar de não ser um assunto referente ao fecho de contas, daria conhecimento dos esclarecimentos que tinha. Tendo recentemente estado no IEP, tomou conhecimento do traçado previsto para o IC12 e para a A24 que disse agradar ao concelho, apesar do traçado da A24 não passar no nosso concelho. Não considerou que a passagem de uma auto-estrada no concelho fosse um pólo gerador de desenvolvimento. O concelho já tinha a sua auto-estrada que era o Rio Dão com dois ICs (Rio Criz e Mondego) que devido a obedecerem a um Plano de Ordenamento têm grandes limitações. Esclareceu que o IC12 iria ter um nó na zona da Guarita e uma ponte entre o Granjal e Treixedo indo em direcção a Casal Maria, encontrando a A24 já no concelho de Mortágua. A seguir terão um traçado comum e divergirão a seguir, o IC12 para Anadia e a A24 para Coimbra. Estes traçados resultavam de algumas restrições ambientais e até de viabilidade económica. Informou que a A24 terá portagens e o IC12 não. Sobre as outras questões colocadas disse que já se tinha falado nelas anteriormente.

Pedi de seguida a palavra o Sr. Deputado Boto Martins, referindo que na lista das razões que o levariam eventualmente a não aprovar o fecho de contas, não por estarem mal feitas, mas pela politica que lhes está subjacente, tinha um capítulo de incumprimento de disposições que deviam ser cumpridas, uma relativa ao aumento do endividamento líquido, outra relativa ao aumento das despesas com pessoal, os compromissos por pagar que agudizaram a situação financeira do município com a agravante de não resultarem da realização de obras estruturantes significativas, pelo menos em 2006. Referiu depois o aumento em 2006 da dívida a terceiros, que se se mantiver registar-se-á no mandato um aumento de cerca de 100%. Uma vez que houve um aumento do endividamento líquido poderá acontecer alguma penalização, pois tinha sido cometida uma infracção.

Respondendo o Sr. Presidente da Câmara disse que, sobre as penalizações estava ciente delas, mas não lhe daria esse nome, pois não eram penalizações, mas sim obrigações e uma delas era baixar este ano o nível de endividamento em 600 mil euros e era isso que iriam fazer e aí sim se não fosse conseguido sofriam penalizações. Estas são efectuadas na forma de retenção do valor nas receitas provenientes do Estado. Acrescentou que se este executivo tivesse recebido a Câmara a zero, isto é, sem despesas e sem compromissos de certeza que teriam fechado as contas sem défice.

Solicitou depois a intervenção do Sr. Vereador Fernando Cruz, que referiu sentir orgulho nas contas apresentadas, pois as mesmas revelavam definitivamente e a partir daquele momento verdade na estrutura como estão remetidas à apreciação da

Assembleia, com informação detalhada que poderá ter erros, mas susceptíveis de acontecer em qualquer situação, como acontecia com as contas anteriores, até por apreciação feita pelo Tribunal de Contas ou por sua própria apreciação. Frisou depois a coerência demonstrada pelo executivo na apresentação e desenvolvimento do seu plano. Lembrou a seguir um dos objectivos expressos na apresentação do orçamento para 2006 onde se focavam as medidas de saneamento a introduzir numa perspectiva de médio e longo prazo de forma a não provocar constrangimentos graves às responsabilidades assumidas com projectos anteriores não concluídos física e financeiramente. Se tivessem assumido apenas o que era o plano estratégico do actual executivo, surgiriam graves problemas quer com empreiteiros quer com fornecedores. Lembrou alguns projectos do anterior executivo que estavam parados e quase abandonados que poderiam trazer graves constrangimentos à Câmara. Referiu o Ensino Profissional e a situação de ruptura em que se encontrava e que já tinha um princípio de alienação à Fundação Mariano Seixas. Focou a necessidade da análise das contas dos últimos dez anos e não só a referência do último ano, pois o orçamento é constituído com todos os compromissos dos últimos anos o que origina uma “bola de neve”. Não há assim um efeito de nulidade do que foi a gestão anterior, havendo a necessidade de estar solidário na herança no que é bom e no que é mau. O que tinha efectivamente que ser avaliado era o princípio já mencionado do saneamento da Câmara a médio e longo prazo. Focou a necessidade de ter sido feita a actualização do inventário e os custos daí resultantes das amortizações, referiu as penalizações que poderiam vir do Tribunal de Contas nesta situação. Não estava preocupado com as discrepâncias que foram apontadas, pois haveria sempre o princípio do contraditório que com o seu prazo dava oportunidade para serem corrigidas. O que considerava relevante era a análise às despesas e às receitas e daí as necessidades de financiamento. Frisou novamente que haverá medidas de saneamento que não foi possível aplicar devido à necessidade de concluir projectos e compromissos. Terminou frisando que era um fecho de contas de verdade, naquilo que o município tinha como activos, como passivos, como dividas e naquilo que foi obra feita.

Não havendo mais pedidos de intervenção o ponto foi posto à votação sendo aprovado por maioria com vinte e um votos a favor (17 da Coligação e 4 do Partido Socialista) e sete votos contra do Partido Socialista (Srs. Deputados César Branquinho, João Boto Martins, José Augusto Sousa, Nuno João Pereira, Edite Cruz, Isabel Ferreira Cruz e Carla Isabel Cunha), não se registando abstenções.

Para que as deliberações tomadas tivessem efeitos imediatos, foi lida de seguida a minuta da acta desta sessão, que foi aprovada por unanimidade.

Passou-se depois para o ponto três da Ordem de Trabalhos – PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO.

Solicitou a palavra a Sra. D. Esmeralda Rocha Antas, de Vila Pouca, que começou por dizer que não sabia se a chamada de atenção feita na sessão anterior sobre a duração do tempo de intervenção era para ela, mas se o fosse desconhecia tal situação, até porque não conhecia o Regimento e não era obrigada a tal. De qualquer maneira pedia desculpa ao Sr. Presidente da Assembleia. Achou inoportuna a chamada de atenção feita na sessão extraordinária, pois podia ter sido feita antes. Não fez qualquer intervenção na sessão extraordinária por ter achado que a mesma tinha tido um final

feliz com o voto de confiança apresentado ao Sr. Presidente da Mesa. Reservava o direito de intervir caso continuasse a observar situações de injustiça e de ataques. Naturalmente que faria intervenções sobre o que achava que tinha cabimento, comentando o que se passava na Assembleia e até o que se dizia lá fora. Referiu-se ao fecho de escolas e à situação dos docentes em consequência desse fecho. Lamentou a falta de qualquer elemento da Junta de Freguesia de S. Joaquinho na reunião realizada em Vila Pouca onde esteve presente. Focou o fecho de Escolas, de Centros de Saúde e de Tribunais, referindo estarmos no País do não, comentando a temática das habilitações académicas do Sr. Primeiro-Ministro. Disse que iria reformular o seu poder de síntese de forma a não incomodar as pessoas que se incomodavam ao ouvi-la. Apelou à presença de mais munícipes nas sessões e a fazerem intervenções. Deu os parabéns ao Sr. Presidente da Câmara pela inauguração do Posto de Turismo. Pediu que as árvores dos passeios de Vila Pouca fossem podadas, a placa indicativa de Pedraires e Casal Bom estava tapada por uma árvore solicitando que a tornassem visível e pediu que não fosse esquecida a colocação das lombas.

Não havendo mais intervenções o Sr. Presidente da Assembleia deu por encerrada a sessão pelas dezassete horas e cinquenta minutos e dela se lavrou a presente acta que depois de votada vai ser assinada pelos membros da mesa.